

O NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO: UMA ABORDAGEM DE CONTROLE IDEOLÓGICO PERMISSÍVEL

Neoliberalism in education: an approach to permissible ideological control

Janete Cassimiro Cardoso

Faculdade de Inhumas – FacMais
janetecardoso@aluno.facmais.edu.br

Daniella Couto Lôbo

Faculdade de Inhumas – FacMais
coutolobo@gmail.com

Resumo: O presente estudo analisa a escola que se desenvolve no século XXI com a condução do neoliberalismo no ensino escolar envolvendo a racionalidade do capital como lei social e global. A problemática social aqui representada gira em torno do sistema educacional que se curva diante das tendências neoliberais, que têm exercido influência e controle no sistema de ensino e nas políticas públicas educacionais. A pesquisa busca compreender a participação do neoliberalismo nas políticas públicas educacionais identificando suas propostas racionais de ideologia, atuando com competência e dominação no campo educacional e trazendo muitas consequências. O procedimento empregado é o da pesquisa bibliográfica através de revisão sistemática de literatura, e que se baseia nas luzes de Christian Laval como referencial teórico. O artigo também tem o propósito de expor e reconhecer mecanismos que levaram o sistema educacional a aderir ao neoliberalismo, os quais condicionaram com suas concepções dominantes o sistema educacional brasileiro. Evidenciou-se que a educação escolar vigente prioriza a preparação do aluno não como um ser integral, mas, sim, como capital humano no sentido de atender às exigências e necessidades do mercado de trabalho visando rentabilidade. O texto conclui que a educação tem contribuído para reforçar a hegemonia da sociedade e aumentar a desigualdade social. O entendimento de como acontece esse processo de organização capitalista se faz necessário para reverter esse jogo com medidas concretas de resistências, chamando o cidadão à crítica, para que se possa dar novos horizontes a uma educação que seja realmente emancipatória e protagonista.

Palavras-Chave: Educação. Ideologia. Neoliberalismo. Capital Humano.

Abstract: This study analyzes the school that is developing in the 21st century with neoliberalism in school education involving the rationality of capital as a social and global law. The social problem represented here revolves around the education system bowing to neoliberal tendencies, which have exerted influence and control over the education system and public education policies. The research seeks to understand the participation of neoliberalism in public educational policies by identifying its rational ideological proposals, acting with competence and domination in the educational field and bringing many consequences. The procedure employed is that of bibliographical research through a systematic literature review, based on Christian Laval's ideas as a theoretical reference. The article also aims to expose and recognize the mechanisms that have led the educational system to adhere to neoliberalism, which has conditioned the Brazilian educational system with its dominant conceptions. It has been shown that current school education prioritizes the preparation of the student not as an integral being, but rather as human capital in order to meet the demands and needs of the job market with a view to profitability. The text concludes that education has contributed to reinforcing society's hegemony and increasing social inequality. Understanding how this process of capitalist organization takes place is necessary in order to reverse this game with concrete measures of resistance, calling citizens to criticism, so that new horizons can be given to an education that is truly emancipatory and protagonist.

Keywords: Education. Ideology. Neoliberalism. Human capital.

INTRODUÇÃO

A mundialização do capital traduzida pelo domínio dos países desenvolvidos estimula as sociedades à participação política e socialização do trabalho configurando-se em uma realidade desafiadora, porquanto ela atua alicerçada na descentralização da produção e apropriação privada do poder e, no caso do trabalho, de seus frutos. Christian Laval, em seu livro *A Escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público* (2019), que servirá de embasamento teórico para o estudo em questão, dedica-se à compreensão da teoria neoliberal buscando identificar o que se encontra subentendido nas reformas e nos discursos dominantes e contraditórios dentro da atual conjuntura educacional. Preocupação similar se encontra em estudiosos como Cunha (1985), Moraes (2001), Melo (2005), Martins (2009), Chauí (2014), Libâneo e Freitas (2018), dentre outros.

O objeto de estudo refere-se à análise da monopolização do racionalismo vinculado à preparação dos alunos dentro do sistema educacional para suprir para o mão de obra do mercado de trabalho. Nota-se uma inversão nos objetivos da escola em prol da adoção de políticas, conceitos e fundamentos que limitam e prejudicam sua função social tornando a educação mercadológica. A problemática envolve o uso de discursos que prometem a redução nos problemas sociais e pobreza. Diferentes estudiosos apresentam um cenário onde o processo de descentralização das reformas educacionais iniciado no final do século XX delegou às escolas várias responsabilidades, as quais incluem implementar programas e políticas públicas estruturadas por organismos multilaterais. A intencionalidade das políticas públicas neoliberais visa avanços econômicos mediante a implementação de ações educativas que propagam e atingem o sistema educacional, impondo demandas quase sempre incoerentes com o princípio de desenvolvimento e de formação integral de cidadãos conscientes e emancipados (GRAMSCI, 2002; MELO, 2005; FREITAS, 2018).

Contemplando a temática da inserção ideológica na rede de ensino, a análise de Bourdieu (2017) acrescenta que os indivíduos são determinados por conhecimentos socialmente herdados. Portanto, sofrem influência de elementos externos como o capital cultural e social passando a incorporá-los de modo subjetivo. Essa relação interfere e pode ser determinante no sucesso ou fracasso escolar dos alunos e do processo de ensino-

aprendizagem. Esse pensamento também reflete a visão de Cunha (1985), Gramsci (2002), Chauí (2014) e Laval (2019). Assim, o objetivo geral deste estudo consiste em compreender a influência do neoliberalismo na educação com ênfase no capital humano. De maneira específica, identificar as características do capitalismo direcionado ao sistema de ensino e analisar o impacto das ideologias neoliberais implícitas nas políticas educacionais que influenciam as transformações sociais e culturais. A metodologia empregada consiste em uma pesquisa bibliográfica com revisão de literatura fundamentada na obra de Laval e complementada com outras publicações inter-relacionadas.

A pesquisa trata, primeiramente, do neoliberalismo e das transformações de caráter sistêmico no ambiente escolar. Em seguida, realiza-se uma análise conceitual fundamentada em Laval (2019), correlacionando com as afirmações de outros autores, a saber: Melo (2005), Martins (2009); Freitas (2018), dentre outros, para explicitar o fenômeno ideológico presente na educação recente do país. Na sequência, faz-se uma abordagem da ideologia neoliberal dominante e sua disseminação nas escolas no contexto de políticas públicas que enfatizam o racionalismo e o capital humano como motor do desenvolvimento econômico. Nesse enfoque o estudo fundamenta-se, além de Laval (2019), como autor-base, nas publicações de Cunha (1985), Chauí (2014), Libâneo e Freitas (2018), etc. A justificativa para aprofundar no assunto repousa na importância de fornecer mecanismos e elementos reflexivos ao indivíduo sobre o presente objeto.

Por fim, são elaboradas algumas considerações apontando possíveis caminhos. Acredita-se que a instituição escolar pode elucidar e levar-se da compreensão da estrutura que norteia as políticas públicas educacionais, num convite à reflexão acerca da prática pedagógica. Estudiosos como Torres (2001), Martins (2009) e Motta (2011) fomentaram as considerações de uma educação que seja para todos em termos de qualidade e oportunidade. Suscitam questionamentos e reflexões diante das contradições visíveis na formação dos alunos, na implementação de políticas públicas educacionais de cunho neoliberal e da lógica competitiva do mercado de trabalho.

O NEOLIBERALISMO ESCOLAR E AS TRANSFORMAÇÕES DE CARÁTER SISTÊMICO

Em todas as sociedades são inerentes as transformações pré-condicionadas pelo contexto temporal e histórico. Sendo assim, a ciência da sociologia participa como protagonista no sentido de compreender e lançar luzes sobre a dialética dos fenômenos geradores das alterações sociais. A sistematização enquanto ordem estabelecida se insere na educação por meio de regulamentações, normas e outros métodos. Entretanto, quanto à compreensão dessa dinâmica na área educacional, faz-se necessário assimilar com os conceitos que se relacionam com o neoliberalismo. Segundo Moraes (2001), o termo pode ser apresentado com variados significados, conforme descrição abaixo.

1. uma corrente de pensamento e uma ideologia, isto é, uma forma de ver e julgar o mundo social;
2. um movimento intelectual organizado, que realiza reuniões, conferências e congressos, edita publicações, cria *think-tanks*, isto é, centros de geração de ideias e programas, de difusão e promoção de eventos;
3. um conjunto de políticas adotadas pelos governos neoconservadores, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 70, e, propagadas pelo mundo a partir das organizações multilaterais criadas pelo acordo de Bretton Woods (1945), isto é, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (MORAES, 2001, p. 3).

O sistema neoliberal constrói suas lógicas e ideias diante das transformações ocorridas na sociedade. No campo da educação não é diferente, se justifica com uma diversidade de argumentações de ordem social, as quais se relacionam com as instituições escolares. Esta última, por sua vez, justifica sua ordem e convence os sujeitos envolvidos no processo a aderirem gradual e continuamente o regime mercadológico. Sobre essa situação, Laval (2019, p. 17) expõe que “A escola neoliberal é a designação de certo modelo escolar que considera a educação um bem essencialmente privado, cujo valor é acima de tudo econômico”.

Merece destaque as proposições de concepção utilitarista, por meio das quais o neoliberalismo escolar entra em ascensão à medida que se trava um combate entre as classes para inserção de seus filhos em sistemas escolares e universitários, ditos eficientes. Tal constatação apresenta convergência com o pensamento de Cunha (1985) e Moraes (2001), ao discorrerem que essa visão contribui e reforça a hierarquia e a desigualdade social. No cenário educacional, diante dos interesses das classes sociais elevadas em preservar seu *status quo*, terminam por apadrinhar um processo pré-estabelecido de hegemonia e reprodução ideológica. Corroborando com as afirmações referidas, ilustra-se tal realidade as universidades públicas, recheadas de alunos de classe média alta. “Os filhos da alta classe média e da burguesia, formados em boas escolas

particulares, tornam-se a principal clientela da universidade pública gratuita” (CHAUÍ, 2014, p. 16).

Na mesma linha de pensamento e alerta, Bourdieu (2017), Freitas (2018) e Laval (2019) consideram os elementos que passam a fazer parte da própria subjetividade do indivíduo, ou seja, o capital cultural, que irá contribuir para elevar o nível do desempenho escolar e, sobretudo, influenciar as relações no ambiente escolar conjuntamente com os condicionantes social, econômico e político sujeitos às reformas públicas sistematizadas e aplicadas à instituição escolar. Por isso,

[...] a análise não pode se restringir ao fenômeno econômico mercantilização da escola, mas estender-se à lógica social de “mercadorização”, que está ligada à luta generalizada das classes sociais dentro do mercado escolar e universitário. Portanto, não basta “defender” o setor público, pois este último foi profundamente transformado pela construção de um sistema hierarquizado do qual ele é apenas uma parte (LAVAL, 2019, p. 14).

Nesse aspecto, a classe social se torna fator influente na inserção do neoliberalismo que se apresenta com uma roupagem empreendedora, ganhando mercado progressivamente em um enfoque competitivo com a finalidade de controle social. Os autores alertam para o agravamento da manipulação intencional dessas políticas, nas quais adota-se o vocabulário ideológico intrinsecamente associado à mudança nos valores e finalidades educativas escolares. A concepção de educação que inspirou as reformas atuais em nome do progresso e da competência, emergem do ocidente vinculadas a publicações que orientaram os reformistas nos processos educacionais sendo incorporadas na educação brasileira (LAVAL, 2019; CHAUÍ, 2014; MORAES, 2001; LIBÂNEO e FREITAS, 2018).

Na ótica de introdução das políticas educacionais de natureza mercadológica, tem-se a inclusão de termos como: eficiência, inovação, modernização e avaliação no universo escolar. Para além disso, autores como Libâneo e Freitas (2018) acrescentam que se observa, diante de uma autoridade política, normativa e financeira, que determinados organismos internacionais atuam como intelectuais orgânicos na formulação de políticas públicas, configurando-se em uma espécie de representação global. Tal fórmula inserida na educação conduz a uma fragmentação das políticas educacionais, podendo colaborar para a perpetuação da classe hegemônica que caracteriza a face do neoliberalismo. A perspectiva a seguir também não difere da dos autores citados.

As organizações internacionais (Organização Mundial do Comércio-OMC, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico- OCDE, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional-FMI, Comissão Europeia) contribuem para essa construção, transformando “construções”, “avaliações” e “comparações” em oportunidades para produzir um discurso global que tira sua força justamente de sua dimensão planetária (LAVAL, 2019, p. 19).

No contexto neoliberal, a escola coloca em prática a logística estabelecida e defendida por organismos internacionais propagados pela globalização corroborando de forma sistemática na promoção e ascensão desse novo paradigma educacional e mundial. Ilustra essa realidade o relatório “Estratégia 2020 para a Educação – Aprendizagem para Todos” pertencente ao Banco Mundial, o qual indica disposição de intervir na área educacional com objetivos globais no sentido de crescimento, desenvolvimento e redução das desigualdades sociais (BIRD, 2011, p. 9). “No nível dos países, o Grupo do Banco irá concentrar-se em apoiar reformas dos sistemas educacionais”. Entende-se que a iniciativa favorece e contribui para a massificação e reprodução ideológica atuante nas instituições escolares.

Para Laval (2019, p. 16), torna-se importante salientar que “existe uma racionalidade subliminar que impõe as mudanças e reformas promovidas pelos discursos dominantes e têm permeado o campo educacional”. Essas afirmações encontram respaldo em autores como Moraes (2001), Chauí (2014), Libâneo e Freitas (2018), e outros que descrevem o novo modelo de educação vinculado às novas reformas como responsável por alterar a práxis pedagógica. Também para Melo (2005) acontece uma condução intencional de mentalidade meritocrática de esforço pessoal incentivando atitudes de competição e busca por resultados. Nesses moldes predomina o controle, a imposição, a submissão e a adequação das instituições escolares aos interesses econômicos.

Diante do exposto, nota-se que os autores se debruçaram na reflexão sobre a amplitude e abrangência da estrutura neoliberal, o qual perpassa as esferas política, social, econômica e educacional disseminando uma nova organização de trabalho no espaço escolar. O predomínio de mecanismos que promovam a integração mercadológica se apresenta vigente no mundo exigindo aprofundamento no movimento das forças de capitam que visam produzir relações referenciadas por um padrão de socialização alinhado às necessidades do capitalismo contemporâneo (GRAMSCI, 2002; MARTINS, 2009; MELO, 2005; LIBÂNEO e FREITAS, 2018).

RACIONALIDADE NEOLIBERAL: CAPITAL HUMANO PROPULSOR DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

As proposições dos organismos internacionais anteriormente mencionadas orientam o sistema de educação vigente mantendo uma teia de relações socioeconômicas que busca favorecer a sociedade mercantil, minimizando a função e ação da escola dentro do campo social, supervalorizando-a no campo comercial. A literatura revela convergência sobre esses aspectos entre Cunha (1985), Chauí (2014) e Freitas (2018), autores que observam que os preceitos econômicos permeiam a área educacional/escolar, emitindo imposições aparentemente inofensivas que ocultam a ideologia do utilitarismo.

Nesse contexto, essa ideologia propaga e dissemina no indivíduo o dever de prestação de serviços com flexibilidade e autonomia sendo características predominantes do mundo pedagógico. Nesse sentido, acoberta-se a dualidade de articulações entre o setor educacional e o setor econômico, permitindo a concorrência globalizada entre qualificação e conhecimento produtivo, e venda de bens e serviços. “A competitividade econômica é também competitividade do sistema educacional” (LAVAL, 2019, p. 29). As considerações acima referidas também se encontram respaldadas na obra de Chauí (2014, p. 46), ao alertar que o discurso competente torna a Organização o agente de mudança. Nela, se pretende que os indivíduos e as classes sociais sejam enxergados racionalmente como “[...] destituídos e despojados da condição de sujeitos sociais, políticos e históricos [...] são incompetentes, objetos sociais conduzidos, dirigidos e manipulados pela Organização”.

Os liberais creditam à democracia o direito de igualdade para todos indistintamente. Entretanto, algumas bases advogam no sentido oposto nessa corrente neoliberal, pois valoriza princípios como: “individualismo, liberdade, propriedade, igualdade e democracia” (CUNHA, 1985, p. 28). Ora, os autores antes mencionados chamam a atenção para a desigualdade, pois as chances de oportunidades que pessoas menos favorecidas socialmente, culturalmente e economicamente têm, mesmo com potencial, não corresponderão às mesmas chances objetivas de uma pessoa bem-sucedida. Sendo assim, torna-se incoerente atribuir a responsabilidade de sucesso ou fracasso tão somente ao indivíduo. Torna-se necessário considerar o pluralismo cultural ao qual esse aluno pertence, bem como os recursos disponíveis, dentre outros aspectos determinantes

no desenvolvimento do cidadão. Realidades desiguais evidenciam a ocorrência da ideologia da competência do discurso meritocrático defendido pelo neoliberalismo (MELO, 2005; MARTINS, 2009; FREITAS, 2018; LAVAL, 2019).

Nesse mesmo raciocínio de competência, Marilena Chauí faz uma reflexão abarcando a penetração da ideologia da competência na estrutura educacional em um cenário histórico de autoritarismo da classe dominante. Em seu livro, *A ideologia da competência*, publicado em 2014, a autora traz à luz o discurso neoliberal disseminado em razão da privatização da área educacional em nome da modernização e democracia.

[...] sob vestes moderninhas a dominação tecnocrática autoritária que se iniciara com a “modernização conservadora” da ditadura. Como manifestação ideológica do autoritarismo brasileiro, a ideologia da competência dos modernos administradores neoliberais escondia, em verdade, um ataque feroz às universidades públicas e, em sentido mais amplo, às tentativas de democratização das relações sociais no interior da estrutura social autoritária do Brasil (CHAUI, 2014, p. 6).

Nota-se que progressivamente o neoliberalismo vem se infiltrando na educação brasileira trazendo novas propostas educacionais contendo concepções implícitas e explícitas evidenciadas por controle. Nas últimas décadas vem acelerando a influência do pragmatismo ideológico neoliberal, no sentido de adoção de políticas educacionais que impulsionam a privatização do ensino, principalmente o superior. A esse respeito, Chauí (2014, p.4) relata que “A comunidade universitária, por sua vez, assim como os trabalhadores na indústria fordista, passa a ser controlada para executar as diretrizes de produção cultural definidas pelos administradores competentes”. Compartilhando do mesmo pensamento, Laval (2019, p. 78) explicita que “[...] O mercado toma o lugar do Estado e se torna a instância mediadora que estabelece o valor social do indivíduo”.

Em outra vertente de influência e consequência se encontra o Estado, pois diminui sua característica natural prevista no direito constitucional de garantia de igualdade a todos, e se vale dos investimentos na educação permitindo a interferência internacional. A iniciativa privada no Brasil e o próprio Banco Mundial representam essa intencionalidade que busca a aceitação de políticas propositivas neoliberais de financiamento educacional com ideologias e discursos dominantes. O impacto no Ensino Superior brasileiro e a preocupação com a crescente relevância dos critérios técnicos na formação se encontra nos relatos de Chauí (2014), Torres (2001) e Motta (2017), afirmando que a função da universidade de colaborar na formação de sujeitos reflexivos,

com a liberdade de pensamento e ação, tornando-os cidadãos emancipados, conforme defende Bourdieu (2017), se vê tolhida em sua atuação.

Dessa forma, constata-se que a assimilação de conhecimentos técnicos destinados a preencher os requisitos do mercado de trabalho se sobrepõe à integralidade dos processos de ensino e aprendizagem. Christian Laval compartilha do mesmo entendimento e exprime uma crítica veemente ao afirmar que “[...] a escola e a universidade devem se tornar quase empresas, e com um funcionamento calcado no modelo das companhias privadas e com a obrigação de alcançar o máximo “desempenho” (LAVAL, 2019, p. 36). Esse exemplar do neoliberalismo vem permeando progressivamente o campo da área educacional inclusive inserido novas tecnologias no intervalo de alguns anos.

Interessante menção é feita por Chauí (2014, p. 4), ao referir-se às políticas públicas implementadas no Brasil por meio de reformas no ensino superior: “A reforma universitária [...] ocorreu em conjunto com a desmontagem do sistema público de ensino para contemplar o *lobby* dos tubarões das instituições de ensino privado que apoiavam o regime”. Corroborando com as considerações acima, Laval (2019, p. 13) fornece uma trajetória desse movimento neoliberal direcionado à educação.

O capitalismo escolar e universitário chegou primeiro no Brasil, estão nas mãos dos grandes monopólios (Kroton, Estácio e Anhanguera), cotados em bolsas, fez do país, o único do mundo com essa característica. Pode-se depreender que na contemporaneidade o projeto de sociabilidade burguesa para o Brasil se ampara aos ideais neoliberais e vem se consolidando em práticas econômicas e político-sociais (LAVAL, 2019, p. 13).

Outros fatores contribuíram para o declínio do Ensino Superior no Brasil, a saber; redução de investimentos, por orientação do BIRD (2011), financiador da educação nos países em desenvolvimento, no marco da Educação para Todos, na década de 1990. Além disso, os cortes nas verbas destinadas à pesquisa e extensão terminaram por comprometer a qualidade do ensino e a conseqüente autonomia das instituições. O advento das parcerias com empresas privadas e organizações não-governamentais reforçaram esse declínio (TORRES, 2001).

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E AS REGULAMENTAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DE COMPETÊNCIAS TÉCNICAS

No âmbito das proposições do neoliberalismo a valorização da formação do indivíduo para suprir as necessidades do mercado conduz a questionamentos sobre a função da escola e da educação. Gramsci (2002) propõe uma escola unitária que possa superar o capitalismo através da construção do socialismo, considerando-se que o ser humano é tensionado a ser formado de acordo com a correlação de forças sociais de cada contexto, a educação adquire dimensão política e histórica. Por sua vez, a política assume também uma dimensão educativa, pois interage no processo de produção da humanidade em cada formação econômica e social. Nessa linha de pensamento, Bourdieu (2017) reafirma a importância da emancipação do cidadão, pois a formação humana agregadora do conhecimento intelectual desinteressado colocará esses sujeitos em condições de protagonizar o processo de construção de uma nova civilização, rompendo com a indiferença política e visando à autonomia moral

A partir dessa postura, a difusão e produção de concepções de mundo vão se consolidando, combatendo ou propondo alternativas às hegemônicas e tecnicistas. Segundo Gramsci (2002, p. 399), a transformação da realidade social e econômica decorre da educação das massas. “Toda a relação de <hegemonia> é necessariamente uma relação pedagógica”. Importa destacar que, na perspectiva do referido autor, a escola unitária assume o ideal de formação integral do humano; um ser desenvolvido tão completamente quanto possível em relação às capacidades intelectuais e manuais. Seria a junção das competências pautadas nos elementos culturais e na diversidade ou pluralidade dos indivíduos inseridos no ambiente escolar. Isso conduz à reflexão sobre igualdade de acesso, de oportunidade e de condições relativas à educação.

No entanto, interligado à dinâmica de valorização da educação escolar nos termos simplistas de responder aos requisitos da formação técnica elementar para o trabalho simples, agrava-se a tentativa de também se converter numa importante referência de formação de valores e comportamentos sociais das futuras gerações de trabalhadores. Essa problemática Martins (2009) chama de ‘nova pedagogia da hegemonia’. Para o autor, há um intenso movimento das forças do capital na produção de uma educação política. No pano de fundo dessa manipulação se encerra o objetivo de

alinhar a sociedade às necessidades do capitalismo contemporâneo. Nesse ponto, convém recordar que o Brasil, a partir de 1980, seguiu a mundialização do capital. No tocante à educação, implementou o projeto neoliberal em meados de 1990 e o redirecionou cinco anos mais tarde, conformando as políticas educacionais brasileiras ao processo de mundialização da educação, fato esse que envolveu sérios conflitos entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e seus principais parceiros, conforme descrito por Melo (2005, p. 404).

[...] como o Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed), a União Nacional de Dirigentes Municipais da Educação (Undime) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTe), principalmente na década de 1990 - e a sociedade civil, organizada em torno do Fórum em Defesa da Escola Pública e mobilizada nos Congressos Nacionais de Educação (MELO, 2005, p. 404).

Na ocasião, os resultados da implantação da agenda neoliberal foram sentidos no Brasil ainda na década de 1990, mediante o corte sistemático de gastos para as áreas sociais, a uniformização dos parâmetros curriculares nacionais para a educação básica, entre outros, contribuindo para consolidar a posição de dependência associada ao capitalismo internacional. Contudo, desde o final do século XX, Organismos internacionais interferem no campo educacional em nome da redução da pobreza, sugerindo-se implementação de políticas públicas sociais que envolvam a escolaridade (MOTTA, 2001). Ilustra essa realidade a proposição do BIRD (2011, p. 3), ao sugerir que “[...] são as competências do trabalhador que determinam a sua produtividade e capacidade para se adaptar a novas tecnologias e oportunidades”.

Posteriormente, vieram os acordos que enfatizavam a Educação para Todos como compromisso governamental conduzido pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC. Entretanto, no discurso evidencia-se a consolidação da internacionalização presente nas reformas econômicas, políticas e sociais no país. De acordo com o ministério da Educação – MEC (1997) a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se constitui em um documento normativo, um currículo nacional, com referências comuns obrigatórias para todas as escolas de Educação Básica. Em seu texto relata que pretende promover a elevação da qualidade do ensino no território nacional, por meio de uma referência comum a ser cumprida. Constata-se que atende à tática do Estado neoliberal de reprodução das exigências financeiras em nível mundial e empenha-se em ajustar o

funcionamento pedagógico da educação reorganizando-os às necessidades de produção capitalista na ideologia de um composto lógico e sistemático (BRASIL, 2013).

Ainda nesse contexto, de acordo com o MEC, o Novo Ensino Médio, através da promulgação da Lei n. 13.415/2017, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ampliando a carga horária do estudante e oferecendo uma nova reorganização curricular contemplando uma BNCC que concede possibilidades de escolhas aos estudantes, por meio de diferentes itinerários formativos, com ênfase nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. Dessa forma, novamente, os fundamentos educacionais se diluem no amplo aspecto de formação para o mercado capitalista, que se confira na administração racional e objetiva da vida dos indivíduos, regidas por um mercado competitivo objetivando a competência trabalhista (MEC, 2000).

Importa considerar também o movimento não governamental instituído em 2006 e denominado Todos Pela Educação -TPE. Refere-se a uma iniciativa da sociedade civil, sem fins lucrativos, aberta ao pluralismo e sem conotação político-partidária. Propõe melhorar a qualidade do Ensino Básico do Brasil, priorizando os princípios de qualidade e equidade. Novamente percebe-se implícita a intencionalidade, pois a formação dessa organização envolve o setor empresarial associado aos organismos internacionais. Objetivam interferir promovendo orientações no sentido de edificar formulações estratégicas para a educação básica em âmbito mundial. Na perspectiva de Martins (2009, p. 22):

[...] a Conferência Mundial de Educação para Todos, a declaração de Jomtien, na Tailândia, em 1990, e a Cúpula Mundial de Educação, realizada em Dakar, no Senegal, em 2000, eventos coordenados pela UNESCO e pelo Banco Mundial, sugerem na atualidade, edificar estratégias educacionais de ampliação ao acesso à educação escolar e promoção da mesma com qualidade e alcance de metas para a preparação da comunidade em massa incorporando uma lógica pautada na formação humana proposta por aspectos éticos, políticos e sociais que garantam a promoção e expansão do setor empresarial em sua nova face (MARTINS, 2009, p. 22).

Diante do exposto, retoma o centro dos questionamentos propostos a afirmação de Laval (2019, p. 51) ao afirmar que a educação na atualidade se encontra no centro de uma doutrina dominante, massificada e na qual o imperativo das teorias do capital humano predominam. “Os economistas designam como capital humano o estoque de conhecimentos economicamente valorizáveis e incorporados nos indivíduos” Nessa via, as escolas transmitem e valorizam temáticas que favorecem o mercado de trabalho, incorporam valores preponderantes de exterioridade e de personalidade como requisitos

primordiais adicionados às competências. Ocultamente a escola omite ao estudante a possibilidade de expansão intelectual e integral, aspectos defendidos por Torres (2001), Gramsci (2002), Motta (2011) e Bourdieu (2017), dentre outros.

Sendo assim, a independência da humanidade no presente se vincula a uma educação emancipatória. Negar ou omitir essa prerrogativa conduzirá à aceitação dos comandos de reprodução do capital, gerando-se um efeito desproporcional do panorama democrático da humanidade, permitindo a dependência a que “[...] deve se adaptar custe o que custar” (LAVAL, 2019, p. 65). A visão de uma educação com políticas públicas educacionais que despertem a consciência do cidadão em vista de sua integralidade formativa encontra convergência com Bourdieu (2017), Chauí (2014) e Libâneo e Freitas (2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente estudo teórico, conclui-se que o neoliberalismo tem exercido uma grande influência e controle através das políticas educacionais brasileiras. Essas últimas, na atualidade, têm se mostrado convergentes com as correntes ideológicas de progresso e globalização, por meio de uma proposição implícita de interesses empresariais propostos por organismos internacionais favorecendo o avanço da privatização educacional. Evidenciou-se que o sistema globalizado vigente busca defender os interesses das classes dominantes na educação brasileira com interferências nas políticas educacionais, propondo reformas educativas bem alicerçadas que vão ao encontro do sistema capitalista, atreladas à ideologia da racionalidade e da dominação. A escola se curva diante do neoliberalismo exteriorizando parâmetros educacionais que podem interferir desde os conteúdos até a prática pedagógica em nome da eficiência, competência, tecnologia, progresso e desempenho, exercendo controle no campo educacional.

Também observou-se que, diante dessa amplitude, a proposta para a educação escolar prioriza a preparação do aluno como capital humano visando atender às exigências e necessidades do mercado de trabalho com vistas à rentabilidade. Tornou-se visível o domínio desse processo mercadológico envolvendo a educação, que, conseqüentemente, tem corroborado ainda mais com o abismo das desigualdades sociais

e educacionais. O sistema educacional deve caminhar a favor dos indivíduos na construção de uma educação mais humanizada e integral. Os professores, parte fundamental desse processo, precisam contribuir significativamente para desconstruir esse sistema perverso que tomou conta do país, atuando, descortinando as intenções implícitas, mediando o conhecimento e chamando à consciência crítica, tanto os alunos como a sociedade em geral. Discordar, lutar contra as estratégias neoliberais, primando por políticas públicas que possam favorecer o desenvolvimento de indivíduos emancipados e críticos, capazes de atuarem em defesa de uma humanidade mais justa contribuindo para a diminuição do fantasma das desigualdades e contemplando o aumento de equidade social.

Levando em consideração esses aspectos, espera-se que o estudo em questão contribua para ajudar na compreensão das várias facetas que envolvem sistema neoliberal e suas implicações mercadológicas infiltradas nas políticas públicas educacionais. Laval (2019) conclama para atentar-se a esse sistema que se esconde sobre o manto da modernização. Atualmente, se torna de suma relevância compreender os objetivos de dominação e imposição da organização capitalista, chamando à reflexão sobre o momento educacional com conteúdos controlados. Sendo assim, diante da dimensão do mundo contemporâneo capitalista que até no momento tem se deparado com uma realidade pragmática, essa problemática assume relevância de se produzir estudos futuros sobre o tema abordado em favor de uma educação com maior qualidade e justiça social.

REFERÊNCIAS

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO (BIRD). *Estratégia 2020 para a Educação Aprendizagem para Todos*. Washington, D.C.: Grupo Banco Mundial, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Bourdieu & a Educação**. 4ª ed. Autêntica. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Diretoria de Currículos e Educação Integral, 2013b.

CHAUÍ, Marilena. **A ideologia da competência**: Escritos de Marilena Chauí. v. 3. ed. Autêntica, São Paulo, 2014.

CUNHA, L. A. *A educação no pensamento liberal*. In: CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.5, 2002.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos; FREITAS, Raquel A. Marra. **Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar**. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2018.

MARTINS, André Silva. A educação básica no século XXI: o projeto do organismo 'Todos Pela Educação'. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 20-28, jan.- jun. 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.uepg.br> Acesso em: 01 mar 2023.

MEC, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Introdução. Brasília, 126 p. 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 03 de março de 2023.

MEC, Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros curriculares nacionais (Ensino Médio)**. Parte I – Bases legais. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 3 de março de 2023.

MELO, Adriana de Almeida Sales de. **A mundialização da educação: o projeto neoliberal de sociedade e de educação no Brasil e na Venezuela**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/Qftk4d8jyZcdV7cj6bZ39Pz/> Acesso em 3 de março de 2023.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem para onde vai?** São Paulo: SENAC. São Paulo, 2001.

MOTTA, V. Educação como caminho, mas qual? Todos pela Educação ou em Defesa da Escola Pública. In: BERTUSSI, T.; OURIQUES, N. (Orgs.). **Anuário Educativo Brasileiro: visão retrospectiva**. São Paulo: Cortez, 2017.

TORRES, Rosa Maria. **Educação para todos: a tarefa por fazer**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SOBRE AS AUTORAS**JANETE CASSIMIRO CARDOSO**

Mestranda em Educação pela Faculdade de Inhumas (FacMais); graduada em Letras e em Pedagogia. Professora efetiva da Secretaria do Estado de Goiás atua no ensino fundamental e ensino médio.

<http://lattes.cnpq.br/5091219363085808>

DANIELLA COUTO LÔBO

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás). Docente Permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação /Mestrado Acadêmico da Faculdade de Inhumas (FacMais), onde integra a Linha de Pesquisa Educação, Instituições e Políticas Educacionais e coordena o projeto de pesquisa: Políticas públicas e o direito à educação: desdobramentos na Educação Básica. Atua como Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Goiás, no curso de graduação de Pedagogia.

<http://lattes.cnpq.br/8472764115739789>